



LABOR

LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA O TRABALHO, EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL

PRESS KIT

1. CoLABOR

2. DataLABOR

**3. Estudo “Os salários em Portugal:
padrões de evolução, inflação e desigualdades”**

1. Sobre o CoLABOR

1.1 Quem somos?

O CoLABOR, Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social mobiliza recursos da academia, de empresas, da administração pública e de organizações da economia social e solidária com vista ao aprofundamento do conhecimento de problemas presentes e antecipáveis em torno de três eixos de atividade:

1. Trabalho, Emprego e Tecnologia;
2. Proteção Social;
3. Economia Social e Solidária.

1.2 A equipa

O CoLABOR conta com um grupo de investigadores altamente qualificados e multidisciplinares com diferentes formações académicas e profissionais nas áreas de políticas públicas, sociologia, direito, economia, engenharia e matemática.

Para além disso, beneficia do envolvimento ativo dos seus associados fundadores, nomeadamente do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES); do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte); do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (IDEFF); da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS); da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML); da Delta-Cafés; da Mota-Engil, da SONAE, bem como da Câmara Municipal de Lisboa, que se tornou associada do CoLABOR em 2021.

1.3 Objetivos do CoLABOR

Os principais objetivos do CoLABOR são:

- 1) Mobilizar e expandir o conhecimento, hoje disperso em organizações de diferente natureza, para conceber respostas de política (pública e organizacional) aos problemas presentes e emergentes nos domínios do trabalho, do emprego e da proteção social;
- 2) Capacitar a administração pública, as empresas e as organizações da economia social e solidária, reforçando instrumentos de análise e intervenção, de antecipação de mudanças tecnológicas e socioeconómicas e de apoio à tomada de decisão, no plano micro – sobre reconfigurações tecnológicas, modos de gestão e organização – e no plano macro – sobre as instituições que enquadram a adoção de novas tecnologias, as relações laborais, bem como as que regulam a proteção social;
- 3) Qualificar o emprego mediante a formação de quadros e a criação de emprego científico diretamente nas atividades do CoLABOR e, indiretamente, nas organizações em que o CoLABOR seja chamado a intervir.

1.4 As principais atividades do CoLABOR são:

- A avaliação do impacto das tecnologias no trabalho e no emprego;
- A avaliação das respostas sociais;
- A avaliação da adequação dos modelos de segurança social;
- DataLABOR – plataforma digital **DataLABOR** com foco na análise crítica, visualização de informação estatística e jurídica de âmbito internacional, nacional, regional e local nas áreas do trabalho, emprego e proteção social.

1.5 “Agenda a curto, médio e longo prazo” do CoLABOR

O CoLABOR, através de iniciativa própria, em parceria com os seus associados e outras instituições ou com apresentação de candidaturas a linhas de financiamento específicos, desenvolve um conjunto diverso de projetos relacionados, direta ou indiretamente, com as suas áreas de intervenção.

Alguns dos principais projetos realizados e em curso:

- **O Impacto da COVID-19 nos Lares de Idosos (concluído)**

Foi um projeto liderado pelo CoLABOR, que contou com a colaboração da SCML e da CNIS e apoiado pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social. Consistiu na aplicação de um questionário a todos os lares de idosos, públicos e privados, para caracterizar o sector dos cuidados de longa duração em Portugal e o impacto da pandemia COVID-19, incluindo a avaliação das medidas de prevenção / tratamento adotadas durante este período.

- **Trabalho, Trabalho Remoto e Distanciamento Social em situação de Pandemia (concluído)**

Foi um projeto financiado publicamente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e centrou-se na avaliação da capacidade de implementação do teletrabalho no tecido económico português e a sua correspondente distribuição geográfica, bem como a experiência de implementação efetiva e potenciais barreiras.

- **O futuro do trabalho no setor automóvel em Portugal (concluído)**

Foi um projeto desenvolvido em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e visou avaliar impactos no trabalho e no emprego de mudanças sociotécnicas em curso no setor automóvel. Partindo de uma caracterização das mudanças globais, do posicionamento do setor automóvel em Portugal nas cadeias de valor e das estratégias dos atores-chave no sector em Portugal, o projeto teve como objetivo delinear respostas de política (industriais e outras) face aos cenários antecipáveis.

- **Estado da Nação em números (concluído)**

No âmbito do projeto anual desenvolvido pelo Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS-ISCTE) denominado Estado da Nação e as Políticas Públicas, o CoLABOR procederá ao desenvolvimento, implementação e atualização de uma plataforma de dados estatísticos sobre diferentes domínios relevantes para a análise de políticas públicas, intitulado o Estado da Nação em Números.

- **Implicações do processo de digitalização e automatização do trabalho (em curso)**

Financiado pela Fundação La Caixa e BPI, este estudo incide sobre o processo de digitalização e automatização do trabalho e as suas implicações ao nível da força de trabalho em Portugal.

A adoção de uma abordagem metodológica inovadora permitirá desenvolver dois índices: o índice de digitalização, utilizado para caracterizar as funções quanto ao seu nível de digitalização; e o índice de automação, que servirá para caracterizar a viabilidade de as funções virem a ser automatizadas.

- **INCA – Increase CORporate POLitical RESponsibility and Accountability (em curso)**

Projeto do Horizonte Europa, coordenado pela Universidade de Bolonha, incide na constatação do crescente poder das grandes empresas tecnológicas (GAFAM – Google/Apple/Facebook/Amazon/Microsoft).

O objetivo é analisar, por um lado, como se desenvolveu este modelo de empresa de plataforma (dimensão 'Economia') e correspondente poder (dimensão 'Democracia') e, por outro, de como transparece no discurso público (dimensão 'Discurso').

O CoLABOR é responsável pela coordenação da tarefa "Mapping Industrial Relations in Platform Economy", que incide sobre os impactos deste processo de plataformização no trabalho e no emprego.

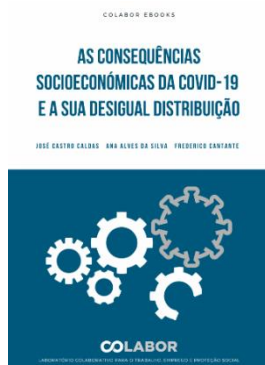
Saiba mais sobre estes e outros projetos em www.colabor.pt

1.6 Publicações CoLABOR

O CoLABOR trabalha ativamente na divulgação de informação científica para diversos públicos-alvo. Para tal, contamos com uma linha editorial composta por diversos tipos de publicações, como *Ebooks*, *Estudos/Working papers*, *Em análise/Policy Briefs*.

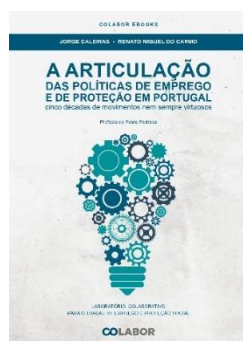
■ Ebook

As consequências socioeconómicas da COVID-19 e a sua desigual distribuição



Este livro aborda a partir de uma perspetiva multidimensional, e considerando escalas de análise diferenciadas, as vulnerabilidades sociais, económicas e institucionais da sociedade portuguesa face à crise pandémica e suas consequências socioeconómicas. Apresenta também uma reflexão crítica em torno das políticas emergenciais adotadas e apontam-se caminhos de política pública que possam contribuir para o robustecimento do tecido económico, a melhoria da qualidade do emprego e a redução das desigualdades.

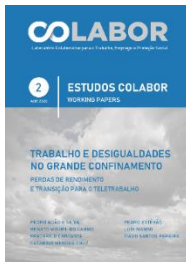
A articulação das políticas de emprego e de proteção em Portugal



Este livro aborda e discute as principais linhas de orientação das políticas de emprego e de proteção em Portugal, bem como a sua articulação ao longo das últimas cinco décadas. O foco é colocado em dois momentos críticos recentes: a crise financeira de 2008 e a crise decorrente da pandemia de COVID-19.

Estudos CoLABOR

Trabalho e Desigualdades no Grande Confinamento (I e II)



A primeira publicação deste estudo visa analisar os primeiros impactos da pandemia COVID-19 no mercado de trabalho português. Ao mesmo tempo, o estudo combina este exercício com uma análise das respostas às questões sobre rendimento e trabalho de um inquérito online desenvolvido por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) IUL, entre 25 e 29 de março de 2020, sobre a Pandemia COVID-19 e os seus impactos em diversas esferas da vida das pessoas que vivem em Portugal.



A segunda publicação revisita os impactos da pandemia COVID-19 três meses depois. Com base na segunda ronda do inquérito on-line realizado pelo ICS e ISCTE-IUL, é desenvolvida uma análise detalhada, que combina dados quantitativos com testemunhos sobre o modo como os portugueses se estão a adaptar ao teletrabalho. O estudo finaliza com um exercício de análise de sentimentos, tendo como objeto as respostas a algumas das questões abertas do inquérito *online*.

Números em análise

Rendimento social de inserção. Contributos para o conhecimento de uma prestação de último recurso



O rendimento social de inserção é uma prestação de último recurso destinada a dar alguma proteção aos muito pobres. Embora tenha bastante protagonismo no espaço público, esta prestação social nem sempre é debatida de forma informada. Esta publicação enquadra juridicamente esta prestação e analisa informação estatística relevante, à escala nacional e municipal, acerca do perfil social dos seus beneficiários, da sua duração e do seu montante.

Políticas em análise

Da Agenda do Trabalho Digno ao programa do Governo



A área do trabalho e das relações laborais, pela sua importância nos planos social, político e económico, é um dos vetores estruturantes de qualquer estratégia de governo. A realidade atual acentua a urgência de repensar o modelo de desenvolvimento económico prosseguido nas últimas décadas em Portugal e o regime jurídico-laboral que o vem suportando. Apoiada numa avaliação dos contextos económico e laboral atuais e partindo de um balanço negativo da vigência da legislação de tendência mais liberalizante das últimas décadas, a Agenda do Trabalho Digno contém um conjunto de propostas que, pelo menos tendencialmente, levarão à alteração do Código do Trabalho e regimes conexos.

Trabalho digno e negociação coletiva



Além de uma breve resenha histórica do enquadramento jurídico da negociação coletiva e de uma análise sobre os impactos de reformas anteriores, este número do Políticas em Análise reflete sobre: eventuais caminhos a considerar numa reforma futura; especificidades do sistema de relações coletivas de trabalho nacional; identificação das características particulares dos moldes a projetar num modelo equilibrado, dinâmico e coerente, com repercussões positivas para trabalhadores e empresas.

Sobre a precariedade



A Agenda do Trabalho Digno não devia ignorar que a estratégia de combate à precariedade – que tem diferentes expressões – beneficia de um enquadramento no objetivo constitucional da promoção da segurança no emprego, que, não se esgotando no mero combate à precariedade do vínculo laboral, se estende a outras vertentes da relação de trabalho, reforçando com essa associação o sentido mais lato do conceito de precariedade.

2. Sobre as Jornadas CoLABOR

Organizadas pelo CoLABOR e os seus Associados, as Jornadas CoLABOR constituem um momento de periodicidade anual de apresentação e debate público dos resultados da investigação efetuada pelo CoLABOR e do acompanhamento que efetua dos assuntos que se encontram na ordem do dia.

Esta iniciativa envolverá, sempre que possível, interlocutores do mundo académico, empresarial, do trabalho, de movimentos sociais e cívicos, decisores políticos e quadros da administração pública.

Edições anteriores:

“Trabalho 4.0: tecnologia, trabalho e emprego no século XXI” (1ª Edição/2019)

A digitalização dos processos produtivos e a automação tanto de tarefas rotineiras como de tarefas cognitivas, tem implicações diretas sobre o trabalho e o emprego que importa conhecer, compreender melhor e avaliar. O lugar do trabalho humano no futuro – o Trabalho 4.0 – não será determinado apenas pelo que as novas tecnologias permitem fazer. Dependerá também do que decidirmos fazer com elas. Dependerá de escolhas que devem ter em conta os seus impactos sociais, políticos e económicos e as respetivas implicações éticas.

É este foi o mote para o debate que contou com a participação de Uma Rani, especialista da Organização Internacional do Trabalho, e Ursula Huws, especialista em Trabalho da Hertfordshire Business School.

“O trabalho nas transições climática e digital” (2ª Edição/2021)

Refletiu-se e qualificou-se o debate público acerca das repercussões que estas mudanças, aceleradas pela crise pandémica e a subsequente crise económica e social global, trouxeram para as condições do trabalho e para o emprego, bem como para a proteção social e a regulação do trabalho.

Com vista a refletir e integrar pontos de vista diversos, este evento contou com a participação de oradores nacionais e internacionais do meio académico, empresarial, dos movimentos dos trabalhadores e sociais, decisores políticos e representantes da administração pública.

“O Trabalho: assimetrias e mudança socioeconómica” (3ª Edição/2022)

O tema escolhido para as **Jornadas CoLABOR 2022 “O Trabalho: assimetrias e mudança socioeconómica”**, que se realizarão dia **12 de dezembro**, decorre do realce que o CoLABOR vem dando ao debate em torno da Agenda do Trabalho Digno, aos temas inerentes à discussão do Orçamento do Estado para 2023 e, em particular, às grandes questões do debate socioeconómico com impactos na vida das empresas, da Administração Pública e da matriz de desenvolvimento do país.

Será um momento agregador e, por outro lado, identificador de políticas que combatam as desigualdades e as assimetrias, nestes tempos de grande mudança socioeconómica.

A parte inicial será dedicada à apresentação da versão 2.0 da DataLABOR, uma plataforma digital de acesso livre, especializada na disponibilização de informação estatística e jurídica nas áreas do Trabalho, Emprego e Proteção Social.

A nova versão da DataLABOR representa um salto tecnológico muito significativo, que se repercute numa experiência de utilização da plataforma mais intuitiva e interativa, mas também

num alargamento e aprofundamento da informação disponibilizada. Nesse momento será também apresentado um estudo, integrado na publicação “Estudos CoLABOR” focado na análise da evolução dos salários, das desigualdades salariais e do rendimento em Portugal da autoria dos investigadores Frederico Cantante e Pedro Estêvão.

Programa:

12-12-2022
FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

**JORNADAS
COLABOR**
3ª edição

**O TRABALHO:
ASSIMETRIAS E MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA**

09h00	Receção dos participantes
09h30	Abertura e boas-vindas <ul style="list-style-type: none"> · Leonor Sottomayor, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, CoLABOR / SONAE · Manuel Carvalho da Silva, Coordenador, CoLABOR · Elvira Fortunato, Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
10h00	Apresentação da versão 2.0 da DataLABOR - plataforma estatística e jurídica na área do trabalho, emprego e proteção social <ul style="list-style-type: none"> · Catarina Mendes Cruz, Investigadora, CoLABOR · Augusta Correia, Investigadora, CoLABOR
10h30	Apresentação do estudo “Os salários em Portugal: padrões de evolução, inflação e desigualdades <ul style="list-style-type: none"> · Frederico Cantante, Investigador, CoLABOR
10h50	Coffee Break
11h15	Desigualdades e (re) distribuição do rendimento em Portugal <ul style="list-style-type: none"> · Carlos Farinha Rodrigues, Professor Associado, ISEC, Universidade de Lisboa · Ana Paula Dourado, Professora Catedrática, CIDEFF, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa · João Cerejeira, Professor Auxiliar, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho · Moderadora: Eugénia Pires, Investigadora, CoLABOR
12h45	Almoço
14h15	As políticas salariais e a contratação coletiva <ul style="list-style-type: none"> · Isabel Camarinha, Secretária-Geral, CGTP-IN · Soraia Duarte, Secretária-Geral Adjunta, UGT · Nuno Biscaya, Diretor Adjunto, Departamento dos Assuntos Jurídicos e Sócio-Laborais, CIP-Confederação Empresarial de Portugal · João Vieira Lopes, Presidente, CCP-Confederação de Comércio e Serviços de Portugal · Moderador: Paulo Pedroso, Investigador Coordenador, CoLABOR / Iscte
15h45	Coffee Break
16h00	Trabalho, tecnologias e transformação socioeconómica <ul style="list-style-type: none"> · Renato Miguel do Carmo, Investigador Coordenador, CoLABOR / Iscte · José Reis, Professor Catedrático, FEUC, Universidade de Coimbra · Teresa Coelho Moreira, Professora Associada com Agregação, Escola de Direito, Universidade do Minho · Moderador: Tiago Santos Pereira, Investigador Coordenador, CoLABOR / CES-UC
17h30	Encerramento <ul style="list-style-type: none"> · Francisco Assis, Presidente, Conselho Económico e Social · Leonor Sottomayor, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, CoLABOR / SONAE · Manuel Carvalho da Silva, Coordenador, CoLABOR

Disponível em: <https://colabor.pt/>

3. Conhecer a DataLABOR

O que é?

Promovida pelo CoLABOR, a DataLABOR é uma Plataforma digital inovadora e interativa, de acesso livre, com dados estatísticos e informação jurídica nas áreas do trabalho, emprego e proteção social.

Objetivos

- 1) Elaborar sistemas de indicadores dinâmicos, devidamente interpretados e mapeados, que contemplem diferentes escalas de desagregação territorial.
- 2) Disponibilizar ao público geral e aos atores institucionais notas técnicas que descodifiquem, em tempo útil, a legislação e regulamentação produzida nas áreas do trabalho, emprego e proteção social.

Para que serve?

Especializada na disponibilização de informação estatística e jurídica nas áreas do Trabalho, Emprego e Proteção Social, agrega e permite aceder a dados estatísticos e informação jurídica de âmbito internacional, nacional e local sobre estes temas. A DataLABOR reúne informação que se encontrava dispersa por diferentes fontes – muitas vezes de acesso difícil – e também dados produzidos pelas atividades de investigação do CoLABOR. A inovação tecnológica da plataforma e o vasto conjunto de informação disponível proporciona às empresas, ao terceiro setor e à administração pública acesso a dados que facilitam a tomada de decisões

Versão 2.0

A versão 2.0 da DataLABOR representa um salto tecnológico muito significativo, que se repercute numa experiência de utilização da plataforma mais intuitiva e interativa, mas também num alargamento e aprofundamento da informação disponibilizada.

Assegura inovação e valor contínuo, o que faz desta Plataforma um lugar ainda melhor, mais capacitador e produtivo para os utilizadores.

Link:

v2.datalabor.pt (endereço temporário)

datalabor.pt (permanente, a partir de dia 12 de dezembro)

4 929 100

População empregada
3.º Trimestre de 2022

347 959

População desempregada
Dezembro de 2021

1145 €

Remuneração regular bruta
mensal média
Setembro de 2022

2 920 676

Beneficiárias/os de pensões
sem duplas contagens
2020

11,2 %

Subutilização do trabalho
3.º Trimestre de 2022

397 638

Trabalhadores/as abrangidos
por convenções coletivas
2020

Emprego e desemprego	Remuneração	Relações laborais	Proteção social	Respostas sociais
Saúde	Rendimento e condições de vida	Atividade económica	Ciência, tecnologia e digitalização	População e demografia

DATA

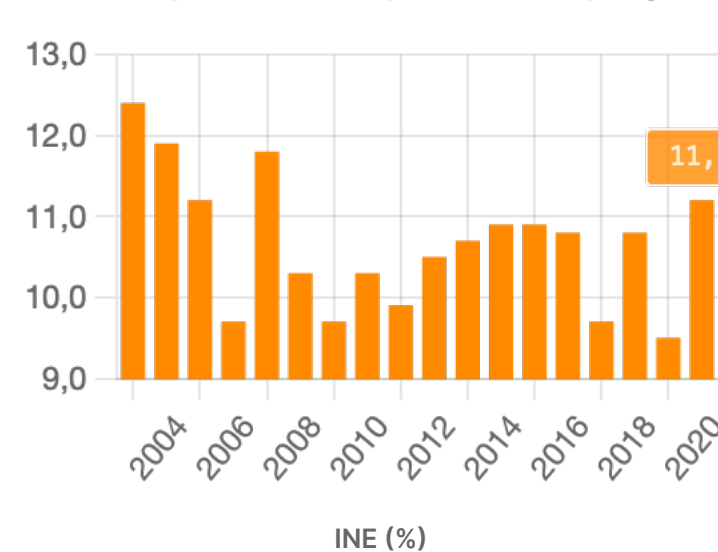
LEX

Exploração interativa
de estatísticas

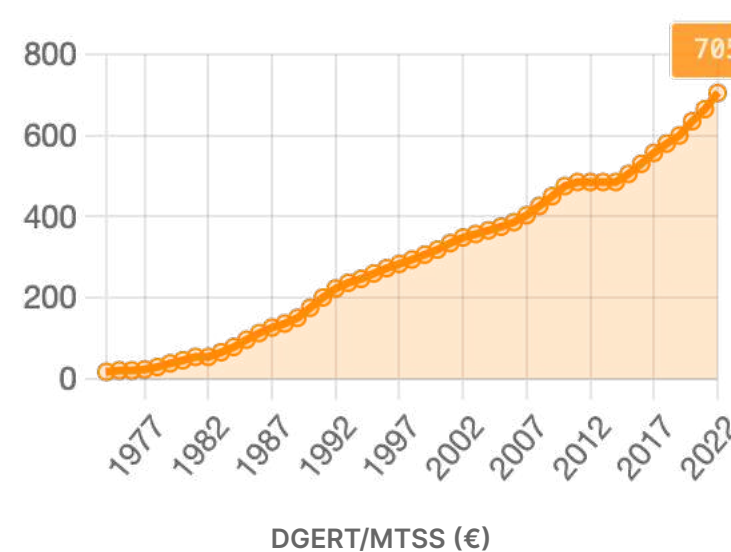
Informação
e análise jurídica

INDICADORES EM DESTAQUE

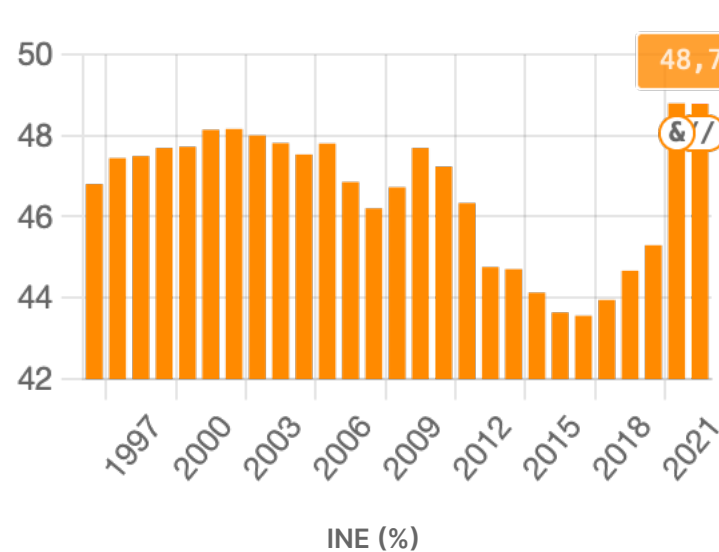
Risco de pobreza nas pessoas empregadas



Valor do salário mínimo



Peso dos rendimentos do trabalho no PIB



DESTAQUES LEX



Cessação do contrato de trabalho e
desemprego / Cessação
Despedimento Coletivo

O despedimento colectivo assenta na existência de uma causa objectiva (resolução objectiva), não pressupondo, por isso, que se verifique...



Velhice e reforma / Prestações sociais
Pensão de velhice

A proteção social na eventualidade de velhice consiste, em primeira instância, na atribuição de uma pensão de velhice, uma prestação pecuniária...



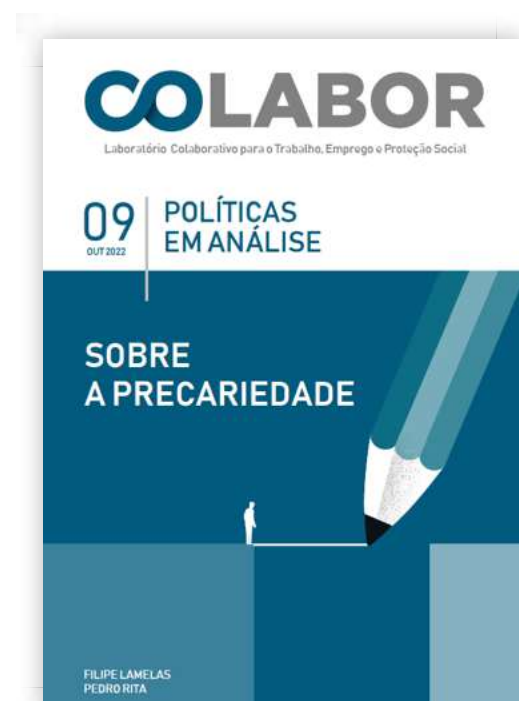
Parentalidade e Família / Prestações sociais
Gravidez e parto

A proteção da parentalidade abrange os momentos da gravidez, do parto e do nascimento, prevendo-se, no quadro do sistema da Segurança...

ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES

- 29/11/2022 Empresas de elevado crescimento de emprego (10% ou mais) EUROSTAT
- 29/11/2022 Despesa em pensões EUROSTAT
- 29/11/2022 Despesas em prestações da proteção social INE
- 28/11/2022 Horários longos de trabalho no emprego principal EUROSTAT
- 28/11/2022 Estatísticas anuais das empresas EUROSTAT
- 28/11/2022 Receitas dos sistemas de proteção social EUROSTAT
- 28/11/2022 População ativa EUROSTAT
- 28/11/2022 Despesas da proteção social EUROSTAT
- 28/11/2022 População inativa EUROSTAT
- 28/11/2022 Taxa de população ativa EUROSTAT

PUBLICAÇÕES COLABOR



Políticas em Análise
Sobre a precariedade



Políticas em Análise
Trabalho digno e negociação coletiva



Números em Análise
O mercado de trabalho em Portugal no final da primeira vaga da COVID-19



Números em Análise
Rendimento social de inserção. Contributos para o conhecimento de uma prestação de último recurso

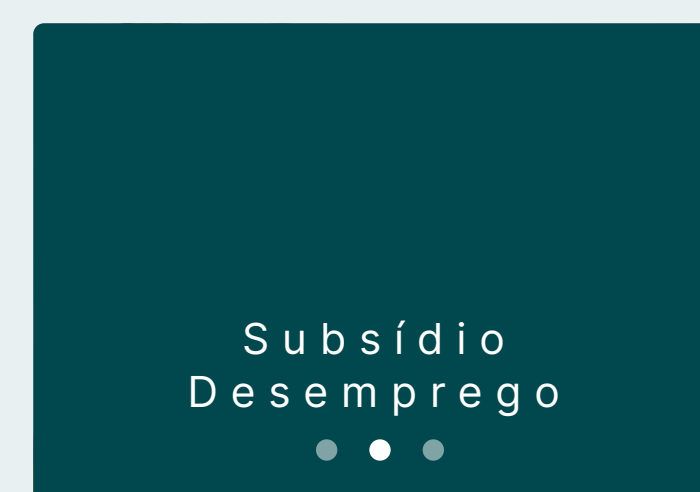
ASSOCIADOS



UNIVERSO COLABOR



SIMULADORES



CONHEÇA A DATALABOR



NOTÍCIAS COLABOR

CoLABOR @CoLABOR... · 1 h

No painel da manhã de dia 12 de dez, as Jornadas @CoLABOR_pt 2022 vão debater as desigualdades e distribuição de rendimento em Portugal. Venha contribuir para a reflexão c/ os professores e especialistas Carlos Farinha Rodrigues, Ana Paula Dourado e João Cerejeira. Junte-se a nós!

11 h 15

Desigualdades e (re)distribuição do rendimento em Portugal

Carlos Farinha Rodrigues
Ana Paula Dourado
João Cerejeira

CoLABOR @CoLABOR... · 2 de dez

Dia 12 de dez. conheça as conclusões do estudo "Os salários em Portugal: padrões de

TEMAS

▶ EMPREGO E DESEMPREGO

▼ REMUNERAÇÃO

▼ Remuneração e ganho

- Remuneração declarada à Segurança Social
- Remuneração base
- **Ganho**
- Ganho dos trabalhadores a tempo parcial

▶ Desigualdades

▶ Ganho mediano e baixos salários

▶ Salário mínimo nacional

▶ RELAÇÕES LABORAIS

▶ PROTEÇÃO SOCIAL

▶ RESPOSTAS SOCIAIS

▶ SAÚDE

▶ RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA

▶ ATIVIDADE ECONÓMICA

▶ CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DIGITALIZAÇÃO

GRÁFICO

MAPA

TABELA

METADADOS

TIPO

Municípios ▼

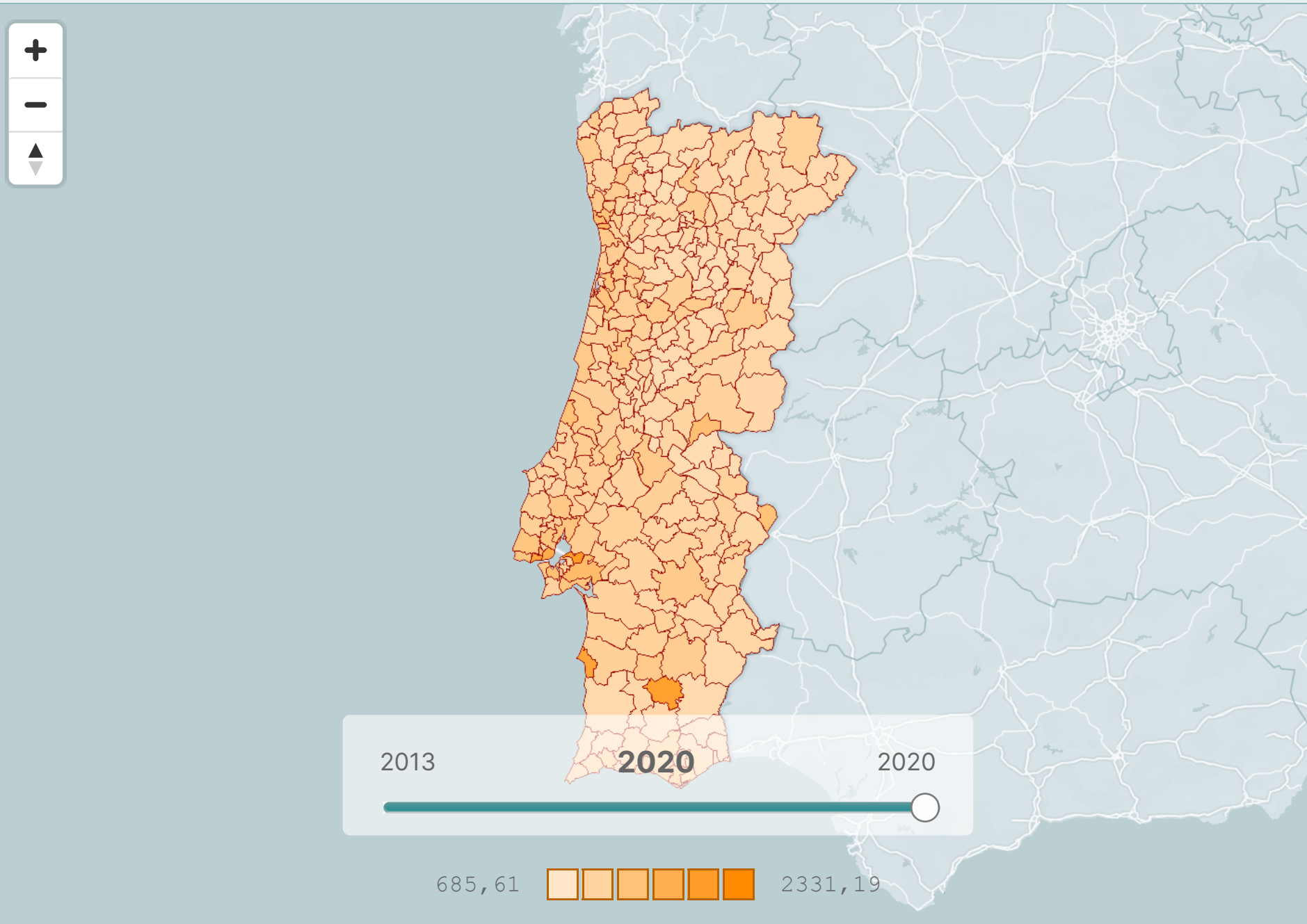
FOCO

Continente ▼

ESCALA

Série ▼

Guardar



(x) Dado não disponível

Ganho

Título: Ganho médio mensal

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Fonte primária: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP/MTSSS)

Unidade: Euro (€)

▼ Escala territorial

- Portugal
- Portugal - NUTS e Municípios
- Europa

▼ Desagregação

- Por sexo e setor de atividade económica
- Por nível de escolaridade
- Por profissão
- Por escalão de pessoal ao serviço

▶ Sexo

▶ Setor de atividade económica (CAE Rev. 3)

▶ Território

▶ Período de referência

TEMAS

EMPREGO E DESEMPREGO

▶ Atividade e inatividade

▶ Emprego

Desemprego e subutilização

Desemprego estimado e subutilização

- Desemprego
- Desemprego de longa duração
- Indicadores suplementares de desemprego
- Subutilização do trabalho
- Método de procura de emprego
- Desemprego e formação

Desemprego registado e ocupados

- **Desemprego registado**
- Desemprego registado (novo emprego)
- Desemprego de ambos os cônjuges
- Motivos para o desemprego
- Ocupados

▶ Pedidos e ofertas de emprego

▶ Formação profissional, competências

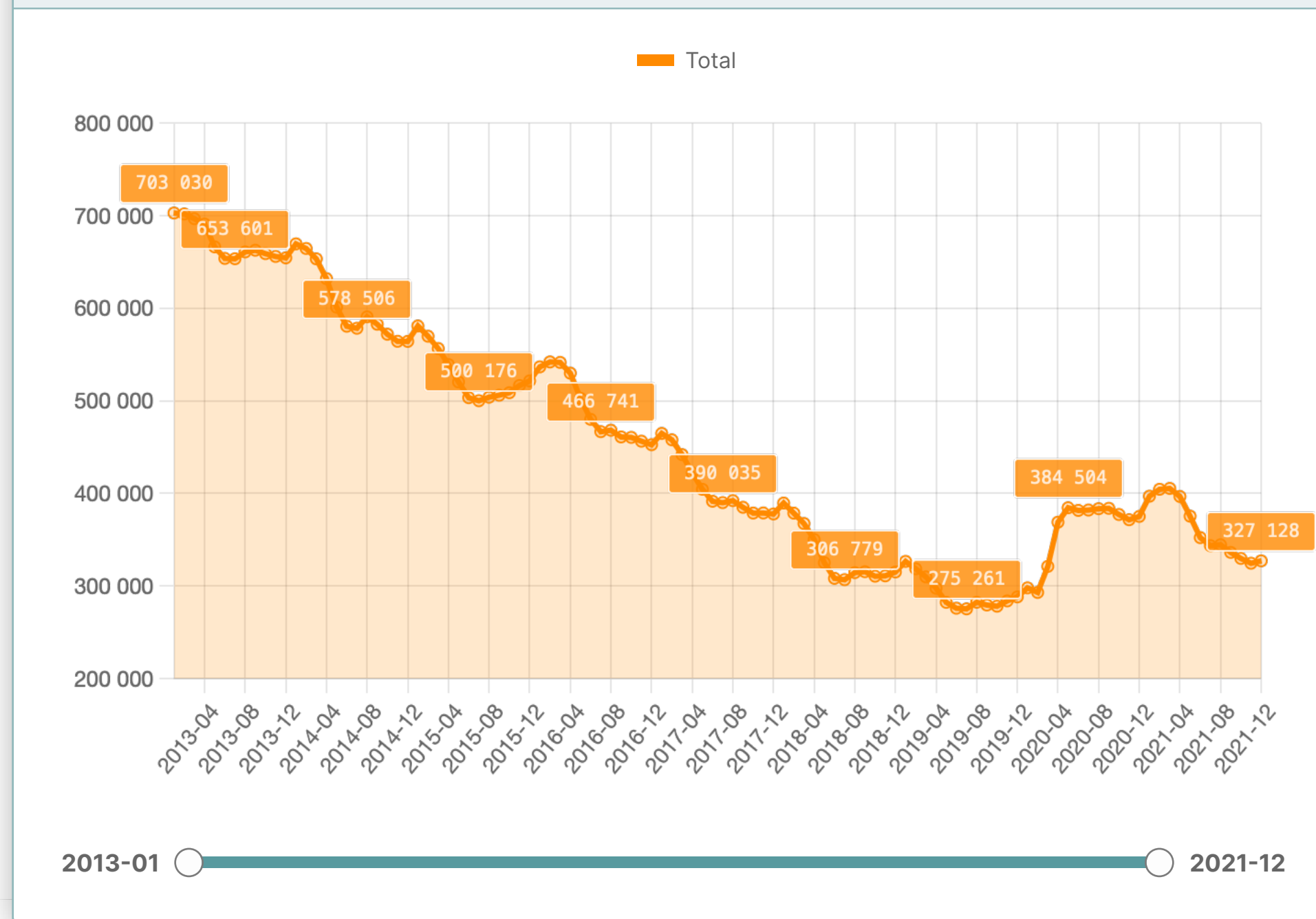
GRÁFICO

MAPA

TABELA

METADADOS

TIPO VALORES MIN MAX TOL



Desemprego registado

Título: Desemprego registado

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Unidade: Número (Nº)

▼ Escala territorial

- Portugal
- Portugal - Municípios
- Europa

▼ Período de referência

- Anual
- Mensal

▶ Sexo

▶ Território

▶ Período de referência

TEMAS

▶ GERAL

▶ CONTRATO DE TRABALHO

▶ CONTRATOS DE TRABALHO DE DURAÇÃO LIMITADA

▶ MOBILIDADE LABORAL

▶ REDUÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: O LAYOFF

▼ CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO E DESEMPREGO

▶ Considerações gerais

▼ Cessaçã

- Caducidade
- Revogaçã
- Despedimento por facto imputável ao trabalhador
- **Despedimento Colectivo**
- Despedimento por extinçã do posto de trabalho
- Despedimento por inadaptaçã
- Resoluçã do contrato com justa causa pelo trabalhador
- Denúncia

▶ Desemprego



Cessaçã do contrato de trabalho e desemprego ▶ Cessaçã

Despedimento Coletivo

[arts. 359.º a 366.º-A e 381.º a 392.º. do Código do Trabalho, arts. 16.º, 33.º-A a 43.º e 156.º a 161.º do Código de Processo do Trabalho]

O **despedimento colectivo** assenta na existência de uma causa objectiva (resoluçã objectiva), não pressupondo, por isso, que se verifique qualquer comportamento culposo do trabalhador, para que se verifique a cessaçã do vínculo laboral. Assenta, sim, noutros motivos atinentes à empresa: como motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos.

Outro traço distintivo do despedimento colectivo prende-se com o facto de a cessaçã de contratos de trabalho promovida pelo empregador ter de ocorrer simultânea ou sucessivamente no período de três meses, abrangendo, pelo menos, dois ou cinco trabalhadores, conforme se trate, respectivamente, de microempresa ou de pequena empresa, por um lado, ou de média ou grande empresa, por outro. Neste aspecto do número de trabalhadores abrangidos pelo despedimento reside a diferença entre o despedimento colectivo e o despedimento por extinçã do posto de trabalho, já que os motivos que os fundamentam são os mesmos.

A alternatividade é um elemento de essencial ponderaçã: o despedimento é uma medida extrema, de que o empregador apenas se deve socorrer quando nenhuma outra alternativa se apresente como plausível ou suficiente. Este é o requisito objectivo: o empregador não tem liberdade de escolha, é a sua única e viável opçã.

Para a validade do despedimento, verifica-se ainda a necessidade de se respeitar um procedimento que carece de ser fundamentado pelo empregador. Nesse sentido, o dever de comunicar por escrito a intençã da feitura deste procedimento é obrigatório. Esta comunicaçã é realizada à estrutura de representaçã de trabalhadores (representantes dos seus interesses colectivos); na sua falta é, igualmente, comunicado por escrito aos trabalhadores, a cada um, directamente. Além das estruturas de representaçã, deve o empregador comunicar à autoridade pública competente.

A lei define de forma não taxativa um conjunto de informações que o empregador está obrigado a prestar nestas comunicações: os motivos de mercado, estruturais, tecnológicos invocados para o despedimento, os quadros de pessoal, atualizados e

JURISPRUDÊNCIA

▶ Despedimento de trabalhadoras grávidas

▶ Natureza da acçã de impugnaçã de despedimento colectivo

▶ Fase de informações e de negociações

▶ Fundamentos do despedimento

▶ Presunçã resultante da aceitaçã da compensaçã

PARECERES

▶ Despedimento de trabalhadores

4. Estudo “Os salários em Portugal: padrões de evolução, inflação e desigualdades”

Sumário executivo

O salário é destacadamente a principal componente do rendimento das famílias e determina, num regime de proteção social baseado em contribuições como o português, os rendimentos substitutivos dos rendimentos do trabalho. É, por isso, um recurso fundamental na definição das condições de vida dos indivíduos e famílias e no seu posicionamento na estrutura social. Quer a exposição à pobreza quer as desigualdades económicas são em boa medida determinadas pelos salários e sua distribuição. Em termos europeus, Portugal é simultaneamente um país ainda bastante marcado pelos baixos salários, pela pobreza relativa e absoluta que daí decorre, por apresentar desigualdades elevadas entre o topo da distribuição e a base, mas também, e de forma cada vez mais acentuada, pela compressão salarial.

Este milénio tem sido prolífico em choques externos que têm consequências no emprego e nos salários em Portugal. Desde logo, a entrada na zona euro que colocou problemas de competitividade que isso colocou à economia portuguesa, especialmente em setores tradicionais, seguida por uma crise económica e financeira (2010-2013) que teve feitos devastadores no emprego e, mais recentemente, por de uma crise pandémica, cujos impactos marcantes foram, ainda assim, parcialmente contidos pelas políticas públicas a nível nacional e europeu. Num momento em que a assunção do fim da pandemia é, no mínimo, pouco prudente, Portugal – tal como a generalidade dos países – enfrenta agora o choque externo da inflação, fortemente induzido pela guerra na Ucrânia.

Os últimos meses foram marcados por um aumento dos preços sem precedentes nas últimas décadas. Essa tendência começa a ter algum reflexo no aumento do desemprego (embora para já pouco expressivo), mas o impacto fundamental e já bastante evidente coloca-se ao nível da desvalorização real dos salários. Um dos objetivos deste estudo prende-se precisamente com a análise da evolução dos salários nos últimos anos em Portugal, nomeadamente:

- medir o ritmo do aumento dos salários reais no pós-2013;
- comparar os ritmos de evolução dos salários e do PIB;
- identificar diferenças setoriais na grandeza desse aumento;
- identificar até que ponto os ganhos verificados no período de recuperação económica e do emprego pós-2013 foram comprometidos pela inflação.

Da análise efetuada, as principais conclusões são as seguintes:

- o aumento dos salários no pós-2013 foi pouco expressivo até 2017/2018 e apenas tardiamente (a partir de 2018) teve um alcance mais elevado;
- esse facto implicou que o PIB tenha crescido a um nível superior ao dos salários – com exceção do ano de 2020;
- o aumento relativo dos salariais foram bastante diferenciados consoante a atividade económica em questão, assumindo-se o salário mínimo nacional como um elemento fundamental para a explicação dessa realidade;
- os ganhos salariais reais verificados no pós-2013 foram já seriamente comprometidos pelo aumento da inflação.

Esta análise será secundada por um olhar mais aprofundado sobre as desigualdades salariais em Portugal em torno de quatro tematizações exploratórias. Desde logo, uma análise da evolução dos salários desde o início do milénio, particularmente a compressão da metade inferior da distribuição e a evolução da desigualdade entre a base e a parte superior, na qual se discutirá

os efeitos distributivos do salário mínimo nacional. A segunda tematização centrar-se-á nas desigualdades salariais associadas ao género e à nacionalidade, e nela serão analisadas quer as desigualdades de género de forma isolada, quer a interseccionalidade das desigualdades salariais determinadas pelo género e pela nacionalidade. A terceira tematização focar-se-á na evolução da incidência da precariedade contratual verificada na última década, bem como numa medição das desigualdades salariais associadas ao tipo de contrato de trabalho. O último ponto debruçar-se-á sobre as diferenças de valorização das habilitações escolares verificadas nos diferentes setores de atividade económica.

As principais conclusões extraídas da análise são as seguintes:

- a metade inferior da distribuição dos salários está cada vez mais comprimida – em 2002, a retribuição mínima mensal garantida (vulgo, salário mínimo nacional – SMN) representava 59% do ganho mediano, em 2020 esse valor aumentou para 69%;
- a desigualdade salarial entre quem têm salários mais elevados e mais baixos tem vindo a diminuir na última década, devido, no essencial, ao aumento dos salários da base da distribuição – entre 2015 e 2020, o ganho nominal médio dos trabalhadores do 3.º, 4.º e 5.º decis aumentou cerca de 22%, 20% e 18% (26% e 24% nos dois primeiros decis, 11% e 7% no 9.º e 10.º decis, respetivamente);
- as desigualdades salariais entre mulheres e homens têm vindo a diminuir, mas o seu valor aumenta quando se comparam mulheres e homens com perfis socioprofissionais semelhantes;
- as desigualdades de género exponenciam-se quando articuladas com a nacionalidade dos trabalhadores – as trabalhadoras dos PALOP auferem um ganho que representa 73% do ganho das trabalhadoras portuguesas, enquanto o destas representa 72,5% do ganho das trabalhadoras de países da Europa central e do norte, valores que se esbatem um pouco quando se comparam apenas trabalhadoras com formação superior;
- embora tenham uma posição favorecida na comparação direta com as trabalhadoras portuguesas e dos PALOP, as mulheres de países do centro e norte da Europa apresentam níveis elevados de desigualdade salarial face aos homens desse grupo de países – quase 40% menos;
- ao contrário do que se prevê no Memorando de Entendimento, as alterações legislativas conducentes a uma maior flexibilização das relações laborais traduziram-se, não numa redução da segmentação, mas no seu aumento generalizado, com maior incidência entre os jovens;
- existem diferenças bastante acentuadas na valorização salarial das habilitações escolares entre atividades económicas –por exemplo, o ganho médio mensal dos trabalhadores do alojamento, restauração e similares com formação superior (1317€) representa apenas 68,4% do ganho médio dos trabalhadores com um perfil análogo para o conjunto da economia (1925€).

Na conclusão integram-se os resultados deste estudo numa breve problematização de políticas salariais e de emprego.

A análise desenvolvida neste estudo basear-se-á quer em informação disponível na plataforma digital DataLABOR – especializada, entre outros temas, em informação na área do trabalho, emprego e proteção social –, quer em apuramentos feitos através da análise de microdados dos Quadros de Pessoal (GEP/MTSSS).

Contactos:

Comunicação CoLABOR

Catarina Mendes Cruz

Email: catarina.cruz@colabor.pt

comunicacao@colabor.pt

Telefone: 968032166